

a mensalidade é R\$ 14.300,00 o fiador precisa comprovar a renda de aproximadamente R\$ 28.600,00 MENSALIS!!!

O IBGE afirma que cerca de apenas 1 da população brasileira ganha mais de R\$ 28.659, além disso, 90 da população ganha ATE R\$ 3.500.

Dessa forma, é incoerente que o programa criado para atender pessoas de baixo poder aquisitivo esteja dependendo de uma infima parcela da população para ser fiador de seus sonhos.

Os vestibulandos

Inúmeros vestibulandos relatam que conseguiram ser selecionados para a Graduação em Medicina pelo FIES, no entanto, perceberam que não conseguiriam pagar as elevadíssimas coparticipações e optaram por desistir da vaga, recebemos muitos relatos deste tipo.

Um relato

Chamo-me João Victor Monteiro da Silva, originário do Rio de Janeiro, morador do Complexo do Alemão (região da Merendiba), tenho 24 anos de idade. Em primeiro plano, minha família sempre foi de origem humilde, de poucas riquezas financeiras, no entanto, sempre for estimulado a estudar, cursei Ensino Fundamental e Ensino Médio em Escola Particular como aluno bolsista (sempre mais de 70), minha mãe, Roberta Penço, sempre afirmou que a única chance da nossa família sair dali era por meio do meu esforço, uma vez que o pouco dinheiro que tínhamos foi investida nos meus estudos. Dessa forma, finalizei o Ensino Médio e tentei por 3 anos o vestibular para Universidades Públicas, pois pagar uma Faculdade de Medicina sempre foi impossível na minha realidade, inúmeras vezes "bati na porta" das Faculdades Públicas, mas não era chamado, até o momento que me inscrevi no FIES 2021.1 e consegui uma Vaga na IES UNIME (Lauro de Freitas-BA), nesse momento da vida tudo parecia perfeito, estava muito feliz por conseguir iniciar um sonho que era quase impossível. Ademais, iniciei os estudos, me mudei para Lauro de Freitas, só não contava que um ano depois teria que transferir para o Rio de Janeiro por conta de inúmeros problemas de saúde da minha avó, mas também da minha mãe. Logo após a transferência para IES Estácio de Sá, só não contava que a Coparticipação mensal sairia de R\$ 2.300,00 para absurdos R\$ 6.086,00 e comecei a vender bolo de pote na faculdade para tentar ajudar nos custos de transporte. Por consequência, fiquei com uma dívida de aproximadamente R\$ 25.000,00, o que inviabilizou a continuidade dos meus estudos no período 2023.1, visto que era impossível pagar as coparticipações mais o financiamento das coparticipações que ficaram em atraso, assim, solicitei suspensão e comecei a trabalhar como motorista de aplicativo para pagar essa dívida (já que não estava estudando por conta da suspensão temporária). Na sequência, transferei novamente para a UNIME em Lauro de Freitas e tornei a dar continuidade ao meu sonho de ser Médico e fazer a diferença, no entanto, as elevadas coparticipações tiram meu sono, pois não tenho certeza se semestre que vem vou conseguir continuar estudando, sou pobre e não tenho como continuar a faculdade da forma atual em que se encontra o FIES.

O Movimento "FIES SEM TETO"

O movimento nasceu da busca por soluções por parte de estudantes em todo o Brasil que viviam as dificuldades trazidas pelo "Novo" FIES.

Inicialmente, observamos que nas redes sociais do Ministério da Educação e no perfil pessoal do Ministro Camilo Santana que existiam inúmeros comentários de insatisfação com o "Novo" FIES, mas encontramos também, apelo por auxílio, portanto percebendo as possibilidades abertas pelo no governo e unidos pelo mesmo objetivo, melhorias no FIES, decidimos nos reunir para lutar por nossas reivindicações e direitos. Com isso, percebemos a imensidão de desafios que os estudantes enfrentam diariamente para se manterem atualmente no Programa de Financiamento Estudantil.

Nosso Movimento visa melhorar uma política pública que é tão importante para que a educação superior seja uma real possibilidade para toda a juventude e assim contribuir para desenvolvimento econômico brasileiro mais justo e inclusivo.

As Propostas.

A importância de melhorias no Financiamento Estudantil é notória, uma vez que a ideia base do programa é garantir um direito constitucional, promovendo assim o acesso à educação.

Para melhoria do FIES queremos apresentar, inicialmente, três propostas a partir de nossa vivência:

O fim do teto de financiamento;

O fim do fiador - é incoerente que um programa que vise auxiliar pessoas de baixo poder aquisitivo necessite de um fiador que ganhe mais de R\$ 25 mil reais.

O reajuste nas porcentagens das bolsas para viabilizar o pagamento do financiamento no novo cenário de valores das mensalidades das universidades.

Outubro de 2023

FIES SEM TETO.

O SR. PRESIDENTE (Brazão) - Deputado Andrezinho Ceciliano representando muito bem a família André Ceciliano.

Tem a palavra pela ordem, o Deputado Fred Pacheco.

O SR. FRED PACHECO (Pela ordem) - Sr. Presidente, sei que estamos tratando de uma questão muito séria para nosso estado, mas eu preciso falar sobre esse assunto hoje, e acho que algumas pessoas já viram isso nas redes sociais.

Quero deixar meu repúdio ao comentário feito pela Vereadora Zileide Monteiro, do Município de Arcoverde, Pernambuco. Ela foi ofendida por uma corregelionária, ficou chateada e, em plenário, respondeu assim, abre aspas: "Não preciso citar o nome da cidadã, e quero dizer que o castigo Deus dá em vida. Quando ela veio com um filho deficiente é porque ela tinha alguma conta a pagar com Aquele lá de cima. É por isso que ela veio aqui, para sofrer." Esta vereadora, que merece todo o meu repúdio como presidente da Comissão da Pessoa com Deficiência desta Casa, precisa entender, que ter um filho com deficiência não é punição, ainda mais vindo de alguém que recebeu voto público para fazer o bem para as pessoas.

É evidente que foi uma fala extremamente infeliz, capacitista, que coloca a pessoa com deficiência como alguém que merece sofrer ou, pior ainda, os pais que recebem estes filhos como bênçãos em suas vidas.

E nós cada vez mais temos relatos evidentemente também, Presidente Brazão, das dificuldades, dos sofrimentos. Isto não deve ser normalizado. Mas olhar para um pai, para uma mãe e entender que eles estão sendo punidos, isto é uma ignorância, ignorância no sentido real da palavra.

E aí eu faço um apelo a esta vereadora e a tantos outros que, infelizes, usam esta fala de maneira ignorante, que passem a ter empatia, que olhem para as pessoas com deficiência de maneira clara, de maneira honesta e justa.

Eles não querem pena de ninguém. A pessoa com deficiência não quer isso, Sr. Presidente. A pessoa com deficiência quer autonomia, quer plenitude, quer poder sair da sua casa, ir para o seu trabalho, para as os seus estudos, para se casar, enfim, fazer o que nós todos podemos e temos direito de fazer. A pessoa com deficiência quer isto, ela não quer pena de ninguém. Isto é capacitismo. Por isso, aqui estamos juntos para lutar por um Rio de Janeiro e um Brasil cada vez mais acessível, pleno, e que as pessoas tenham dignidade para viver.

Por isso, o meu repúdio a esta fala infeliz e extremamente inadequada desta vereadora de Arcoverde, do Recife.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Brazão) - Parabéns, Deputado, pelas nobres palavras. Da sua família, só esperamos isso.

Para discutir a matéria, tem a palavra o Deputado Flávio Serafini.

O SR. FLÁVIO SERAFINI (Para discutir a matéria) - Boa tarde, Sr. Presidente, deputados, deputadas, todos aqueles que nos assistem pela TV Alerj.

Hoje é um dia muito importante para o Estado do Rio de Janeiro. É o segundo dia de discussão do conjunto de peças orçamentárias que vão organizar a gestão pública do Estado do Rio de Janeiro nos próximos anos.

Nós neste momento discutimos não só o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual, como também o Plano de Desenvolvimento Estratégico do Estado do Rio de Janeiro, uma nova peça que busca não só organizar o orçamento, mas apontar um caminho de desenvolvimento para o Estado do Rio de Janeiro.

A obrigatoriedade da existência desse plano foi fruto de uma ação desta Casa, debate com o ex-Presidente André Ceciliano, com o conjunto de deputados desta Casa que chegamos à conclusão que não dá mais para vivermos em um Estado que é o Estado que vive a maior decadência da federação brasileira e que não tem um projeto de desenvolvimento próprio.

Então, ter essa discussão do nosso Plano Estratégico de Desenvolvimento é fundamental, mas é insuficiente. E o próprio plano dá demonstração dessas insuficiências.

É um plano ainda muito superficial, que articula pouco um conjunto de intenções com ações concretas, com investimentos públicos e com o próprio orçamento. Mas por ele estar aqui, já é um avanço que precisamos registrar e que precisamos aprofundar para que nos próximos anos ele de fato seja um articulador desse desenvolvimento que o Estado do Rio de Janeiro precisa.

O Estado do Rio de Janeiro é o Estado da federação que nos últimos 40 anos mais teve a sua participação no PIB nacional reduzida e que mais teve reduzido o peso da indústria na composição do seu próprio produto interno bruto, ou seja, foi o Estado que mais se desindustrializou e o que mais perdeu relevância no cenário nacional.

Este é o Estado do Rio de Janeiro. Precisamos fazer essa discussão para encontrar saídas para essa crise estruturante em que nos encontramos. Só não é mais grave porque nos tornamos o polo nacional de exploração do petróleo e, contraditoriamente, num momento de mudanças climáticas, num momento de discussão de energias renováveis, o Estado do Rio de Janeiro está preso numa boia que ainda é o peso que a indústria do petróleo tem, porque sabemos que, além de ser extremamente destrutiva do ponto de vista ambiental, do ponto de vista social, tem limitação do ponto de vista da sua duração econômica.

Além do Plano de Desenvolvimento Estratégico, temos a discussão das nossas peças orçamentárias. E o que é importante destacar? O que essas peças nos mostram? Elas mostram um estado em crise. As peças orçamentárias do Estado do Rio de Janeiro, especialmente, a Lei Orçamentária Anual de 2024, o que traz? Ela traz a expectativa de um rombo de pouco mais oito bilhões no orçamento do ano que vem. De onde advém esse rombo? De dois fatores principalmente.

Primeiro: a queda da arrecadação, que veio com a redução do ICMS dos combustíveis, ação eleitoreira do governo Bolsonaro, do ano passado, que deixou uma marca nefasta no equilíbrio econômico do Estado do Rio de Janeiro. O Estado do Rio de Janeiro, no ano que vem, não vai fechar as contas, em primeiro lugar, porque Bolsonaro tomou uma medida sem garantir a contrapartida aos estados. Empurrou esse pepino para o governo seguinte, no caso, o governo do Presidente Lula, de tentar administrar, num cenário em que o Governo Federal também tem dificuldade para fechar as suas contas.

Segundo: além de haver a redução da arrecadação pela diminuição de impostos dos combustíveis, há um aumento do pagamento do serviço da dívida, prevista no Plano de Recuperação Fiscal. Ai, é importante fazermos dois debates.

Um sobre a dívida. Ela é uma dívida de agiotagem, ilegítima, absurda, que tem que ser revista, tem que ser renegociada. Mas a forma como essa dívida incide sobre o Estado do Rio de Janeiro e no Regime de Recuperação Fiscal foi desenhada, primeiramente, no governo de Michel Temer e, depois, redenhada no governo de Jair Bolsonaro. E ambos os governos mantiveram essa lógica de agiotagem da Federação sobre os entes federativos, em especial o Rio de Janeiro.

Então, o Rio de Janeiro hoje não fecha as contas, num primeiro olhar, por duas questões bem objetivas, que estão diretamente ligadas ao governo Bolsonaro. Como pode? Nós elegemos - nós, não -, a população elegeu um presidente com domicílio eleitoral no Rio de Janeiro e esse presidente toma duas medidas que, de imediato, estão ameaçando quebrar o Estado do Rio de Janeiro. Esse é um legado do governo Bolsonaro que não podemos esquecer - é importante colocarmos os pingos nos is. Ele está ineleigível, ele não vai ser candidato, mas isso não pode ser razão para esquecermos que o governo Bolsonaro criou condições para o Estado do Rio de Janeiro quebrar novamente.

Só que, para além dessas questões, há outras que precisamos olhar, no orçamento do Estado do Rio de Janeiro e no histórico recente, que são fundamentais. Em primeiro lugar, oito bilhões de reais, que é o que vai faltar para o Rio de Janeiro fechar as contas. Esse número mágico, Deputado Professor Josemar, lembra-nos do quê? Eu vou falar: lembra-nos da parte que o governo do Estado teve na venda da Cedae. A venda da Cedae custou quatorze bilhões de reais, oito para o Estado do Rio de Janeiro, seis para os municípios. O que Cláudio Castro fez com o dinheiro da venda da Cedae?

O dinheiro foi queimado no Ceperj. O dinheiro foi queimado em orbrinhas, sem importância, que serviram para aumentar o cacife eleitoral do Governador, mas não introjetaram nenhum impulso do ponto de vista da reindustrialização do Estado, da reativação da nossa potência econômica. O Governo do Estado do Rio de Janeiro conseguiu queimar dinheiro em dois anos. Ai, é importante destacar: nesses dois anos, o Estado do Rio de Janeiro não pagou a dívida com o Governo Federal e, por isso, a dívida se multiplicou.

É como se você ficasse um período sem pagar a parcela do cartão de crédito: a sua dívida com o cartão de crédito vai se multiplicar. Isso aconteceu com o Rio de Janeiro, e o governo, em vez de se preparar para ter receitas maiores, queimou o dinheiro e, além disso, nos colocou numa situação em que não incrementou as receitas e aumentou os gastos públicos de forma que não fecha as suas contas. E o que ele está fazendo agora para resolver? Está apertando a corda ao redor do pescoço dele. E é um Governo que tinha condições de tentar alcançar receitas extraordinárias para amortizar dívidas e para resolver esse problema de caixa, que seria reduzir as isenções. "Ah, mas se a gente reduz as isenções, perdemos competitividade para os outros estados". Ora bolas, todos sabem que estamos no meio de uma reforma tributária e, daqui três anos, não tem isenção fiscal para ninguém.

O Governo do Estado do Rio de Janeiro poderia estar passando um pente fino criterioso nas suas isenções fiscais que levam 24 bilhões por ano, para tentar, através disso, recuperar pelo menos 20 a 25% em receitas, 4 ou 5 bilhões que fizessem o Estado do Rio se recuperar. Mas não conseguem, porque este Governo repete o mesmo erro cometidos no Governo do MDB: ele é viciado em incentivos, subsídios; não consegue ter uma relação saudável, de diálogo com o setor privado para esclarecer que estamos saindo de uma linha de guerra fiscal no país, e vai para um linha em que vai ser todo mundo igual.

Então, equiparar a cobrança de impostos, reduzir subsídios poderia inclusive ser uma estratégia de transição para preparar o setor privado do Rio de Janeiro para um período que vamos ter que ser competitivos sem subsídio. O Governo não fez isso; assim como o Governo não adotou nenhuma estratégia decente para incrementar a cobrança da dívida ativa.

São quase 150 bilhões em dívida ativa e o Governo tem a expectativa de arrecadar um bilhão e meio, no ano que vem. Um por cento! Imagine o seguinte, você está quebrando, tem 150 bilhões em dívida, e você se conforma em só conseguir, em um ano, recuperar um por cento do que te devem. Isso não dá!

Qualquer dono de padaria, viu que não consegue fechar o orçamento, vai pegar lá os boletinhos, na gaveta, de quem pegou fiado e não pagou, e vai conseguir levantar mais de um por cento. O Estado do Rio de Janeiro não faz isso, não avança no plano legislativo para ter uma legislação mais adequada para cobrar de quem deve. Sabemos que não é fácil, não é a cobrança do seu José da padaria. Sabemos que, por exemplo, as grandes devedoras são poderosas, como é o caso da Petrobras, mas se o Estado não atualizar a sua legislação, por exemplo, com a questão dos devedores contu-

mazes; por exemplo, com a limitação de pegar subsídio quem é devedor contumaz; se o Estado não cruza as estratégias; ele está fazendo o quê? Ele está patinando no mesmo lugar, beneficiando quem não paga imposto e não conseguindo fechar as suas contas.

Então, o retrato dessas peças orçamentárias é o retrato do fracasso do Governo Cláudio Castro em conseguir encontrar uma saída para a nossa crise e, ao mesmo tempo, o retrato do que foram esses anos em que o Governo se embodou com receitas extras; criou esquemas como do Ceperj; trouxe para o Governo gastos que não são do Governo, como orbrinhas que serviram para hipertrofiar a capacidade eleitoral do Governador, mas acabaram completamente com a sua capacidade de governabilidade.

Além disso, o que o Governador propõe? Raspar o fundo do tacho dos fundos. Raspou os fundos! Pegou o dinheiro de vários fundos, acabou com o saldo deles para fechar o caixa. O que vai acontecer? Nós vamos ter menos capacidade de investir em políticas públicas que poderiam ser importantes para gerar emprego, para gerar desenvolvimento.

Dou um exemplo: eu tenho lutado há tantos anos para que o Fecam seja investido, de fato. Aprovei uma lei nesta Casa para que uma parte do dinheiro do Fecam seja destinada à agricultura familiar, à agroecologia, à produção orgânica. Tenho lutado. Agora, os fundos têm que investir, não podem ter seu dinheiro raptado. E o Governo do Estado apostou nesse caminho, tirando, de vez, a capacidade de investimento no médio e longo prazos. Esse vai ser o resultado da aniquilação dos fundos, que vai passar por aí.

Então, primeira análise, essas leis orçamentárias são um retrato do fracasso, do ponto de vista de um modelo de desenvolvimento que o Governo Cláudio Castro tem e, ao mesmo tempo, são ainda um reflexo do legado nocivo e destrutivo que o Governo Bolsonaro deixou para o Brasil, e em especial para o Estado do Rio de Janeiro, também no plano econômico.

Só que eu quero trazer para o debate mais alguns elementos que eu acho que são fundamentais. Nesse cenário de crise como é que o Governo está se comportando? Não revê subsídios, não tem estratégia adequada de cobrança da dívida ativa, corrige todos os contratos privados, mas congela o pagamento dos servidores. Não dá mais, não dá para o servidor do Estado do Rio de Janeiro pagar a conta da crise. Tem que ter previsão de recomposição de perda dos servidores. Tem que estar claro porque os contratos privados são corrigidos e o servidor pode empobrecer. Por que o empresário não deixa de arrecadar a mais porque teve inflação e o servidor pode ficar mais pobre? Não dá, tem que ter previsão da recomposição salarial das perdas, inclusive perdas acumuladas do período de gestão do Governo Cláudio Castro e Witzel. Esse ano o Governador Cláudio Castro deu um calote em parte da recomposição. Nós não podemos permitir que isso se repita.

Nós não podemos permitir que o Governo continue descumprindo leis federais, como a lei do piso. E, aí, eu quero fazer um debate especificamente sobre o orçamento da Educação. Nós acabamos de conseguir interromper uma compra de 618 milhões de reais, absolutamente marcada por irregularidades do início ao fim que a Secretaria de Educação estava fazendo de compras de livros paradidáticos, sem licitação, através de adesão a uma ata do Instituto Federal do Espírito Santo. A ata do Espírito Santo era no valor de dois milhões de reais. A compra no Rio de Janeiro é de 600 milhões.

(ASSUME A PRESIDÊNCIA A SRA. DEPUTADA TIA JU, 2ª VICE-PRESIDENTE)

A SRA. PRESIDENTE (Tia Ju) - Peço concluir, Deputado.

O SR. FLÁVIO SERAFINI - Então, concluindo, o Governo do Estado faz um gasto de 600 milhões em livros paradidáticos que sequer foram discutidos com a comunidade e numa compra eivada de irregularidades, mas não tem dinheiro para apresentar uma proposta de pelo menos um calendário de recomposição para os servidores, os trabalhadores da Educação. Isso é o quê? Isso é prioridade política. O Governo não quer negociar com a Educação, não quer apresentar um calendário para cumprir o piso nacional respeitando a carreira dos profissionais de educação, mas o Governo quer queimar dinheiro em compra de livro sem licitação. Nós não vamos aceitar que isso continue. Nós estamos fazendo o bom combate. Nós fizemos a denúncia ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público. Conseguimos paralisar essa compra de livros e nós vamos continuar fazendo essa fiscalização do orçamento. Por quê? Porque, tem pouco dinheiro, tem que qualificar o gasto. Tem pouco dinheiro tem que ter prioridade; tem pouco dinheiro tem que ir buscar novas receitas; tem pouco dinheiro, tem que ver onde é que corta. Não dá para o Governo congelar salário dos servidores concursados, profissionais, enquanto aumenta a secretaria, enquanto monta esquemas como foram os esquemas do Ceperj, enquanto não tem uma estratégia de recompor os fundos do Rio de Janeiro por revisão de subsídio de incentivo fiscal e com cobrança da dívida ativa.

Então o que essas peças mostram é a continuidade da política do Governador Cláudio Castro de beneficiar o devedor do Estado, de beneficiar os grandes devedores, de beneficiar quem tem muito dinheiro e continuar castigando o servidor do Rio de Janeiro das diferentes áreas, especialmente os servidores da Educação, os servidores da Saúde, especialmente da enfermagem que não estão tendo seus pisos nacionais respeitados ou os seus planos de carreira.

Então essa é a primeira reflexão que trazemos sobre essas pessoas orçamentárias. Temos muito debate para fazer até a aprovação dessa peça, vamos fazer muitas emendas buscando corrigir essas distorções. Chega do Estado do Rio de Janeiro ser um Robin Hood às avessas. Agrada os grandes, os mais ricos, e penaliza os servidores, os trabalhadores que garantem os direitos sociais da população.

A SRA. PRESIDENTE (Tia Ju) - O próximo orador inscrito é o Sr. Deputado Professor Josemar.

Eu pediria aos inscritos, o tempo regimental é de sete e nós estamos dando dez, porque a matéria é complexa, de difícil explicação, mas que pudesse cumprir os dez minutos para que outros possam também explanar os seus argumentos.

O SR. PROFESSOR JOSEMAR (Para discutir a matéria) - Obrigada, Presidenta.

Eu vou fazer uma fala breve, visto que vários dos argumentos que eu poderia aqui utilizar já foram apresentados.

No texto que nós estamos discutindo, da LOA, ao meu entender, no que foi apresentado pelo Governo, faltam duas perspectivas: a primeira é a de aumento da receita; e a segunda é a de desenvolvimento social e econômico.

Quando nós dizemos, e colegas que me antecederam e aqui colocaram, tanto no dia de ontem quanto no dia de hoje, que não há uma perspectiva de aumento da receita é que o Governo não apresentou, ao longo de todo esse período, uma proposta que venha a desenvolver o sistema, a capacidade de captação.

Quando nós apresentamos isso e dizemos isso, algumas coisas são fundamentais: a primeira delas, como alguns colegas aqui já colocaram, rever isenções fiscais que são de artigo de luxo, que não atendem a funções sociais. Este é um primeiro aspecto. Segundo aspecto: cobrar dos grandes devedores do Estado. E quando nós olhamos os grandes devedores, não é uma dívida pontual, são dívidas que foram acumulando e que foram beneficiando aquelas empresas que já eram devedoras. E disso isso, antes mesmo de entrar em Cláudio Castro, porque, no ano de 2017, foi aprovado, através de isenções e de certa irresponsabilidade, 18 bilhões em dez anos. Ou seja, o Estado do Rio de Janeiro vive um superávit, ou seja, um superávit negativo para aqueles que recebem o serviço, porque vive das isenções e faz com que as isenções venham a atender essas empresas.

Então, cobrar os devedores e rever as isenções fiscais é algo fundamental.

Agora, qual é a perspectiva que teríamos se nós realmente tivéssemos um déficit e tudo isso se fosse feito tivéssemos um dé-